



## CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR DE PIRACICABA

Piracicaba, 09 de Novembro de 2018

Ofício no. 014/2018

Ilm. Senhor

Fábio Augusto Negreiros

Secretaria de Estado da Educação de Piracicaba

### Ref.: Plano de Ação do CAE

Prezada Senhora,

Encaminhamos para apreciação o Plano de Ação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Piracicaba, Gestão 2018-2022.

O documento foi elaborado com fulcro na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, regulamentada pela Resolução Nº 26, de 17 de junho de 2013 de autoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme o artigo 35, VIII desta resolução, à saber:

*“Art. 35 São atribuições do CAE, além das competências previstas no art. 19 da Lei 11.947/ 2009: VIII - elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. antes do início do ano letivo.”*



**CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE  
PIRACICABA**

## **PLANO DE AÇÃO**

**Mandato: 19/07/2018 À 19/07/2022**

**Ano de execução 2019**

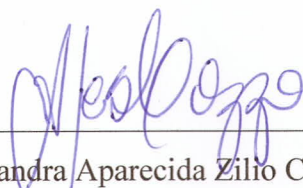
**ELABORADO POR:**

Alessandra Aparecida Zilio Cozzo de Siqueira (Titular Sociedade Civil - Presidente)  
Marina Vieira da Silva (Suplente Sociedade Civil)  
Franciléia Gideone de Barros Ferraz (Titular Sociedade Civil)  
Antônio Francisco Correia (Suplente Sociedade Civil)  
Ana Lúcia Maria Gastão (Titular-Representantes de docentes e funcionários de unidades escolares municipais)  
Maria do Carmo da Silva (Suplente- Representantes de docentes e funcionários de unidades escolares municipais)  
Ana Rita Antunes de Sousa (Suplente-Representante dos docentes e funcionários das escolas estaduais)  
Sonia Regina da Silva Godoi (Titular-Representante dos docentes e funcionários das escolas estaduais)  
Marco Antônio de Paula (Titular-Representantes de pais de alunos de unidades escolares estaduais- Vice-Presidente)  
Eloá Teles de Souza (Suplente-Representantes de pais de alunos de unidades escolares estaduais)  
Renata Perazoli (Titular-Representantes de pais de alunos de unidades escolares municipais)  
Vanessa Calisto (Suplente-Representantes de pais de alunos de unidades escolares municipais)  
Profa. Camila Aguarrelli Teixeira (Titular-Representantes do poder público)  
Profa.Mahatima Fuentes (Suplente-Representantes do poder público)

**NOVEMBRO - 2018**

O presente plano contém a previsão de visitas de fiscalização às escolas, assim como previsão das reuniões ordinárias e demais ações a serem desenvolvidos por este colegiado no exercício de 2019.

Atenciosamente,



---

Alessandra Aparecida Zilio Cozzo de Siqueira

Presidente do CAE – Gestão 2018-2022

## INTRODUÇÃO

Este documento estabelece o Plano de Ação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Piracicaba/SP, Gestão 2018-2022, tendo como finalidade apresentar à Entidade Executora do município as ações previstas para o ano de 2019, a fim de acompanhar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da rede municipal de ensino, bem como nas escolas filantrópicas, conveniadas e nas demais estruturas pertencentes ao Programa.

## O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O CAE de Piracicaba tem como desafio constante estabelecer e fortalecer o diálogo entre a sociedade e a Entidade Executora, como forma de garantir a execução da política pública na rede pública de ensino do município e nas demais estruturas pertencentes ao Programa.

Este colegiado entende que o controle social é fruto natural do amadurecimento do processo democrático de uma nação, sendo uma importante ferramenta de acompanhamento e aprimoramento da gestão pública.

Entendemos também que o bem social a ser alcançado depende do desenvolvimento de um elo de parcerias entre o CAE, enquanto representante da sociedade, e a Entidade Executora, não guardando nessa relação traços de subordinação daquele em relação a este, mas sim de cooperação mútua entre ambos.

Com base no artigo 18 da Lei Federal 11.947/2009 e Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 o CAE conta com as seguintes atribuições:

**Atribuição deliberativa** – competência específica para deliberar sobre a prestação de contas da Entidade Executora em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; deliberar sobre situações de denúncias realizadas pela comunidade e órgãos de controle acerca da execução da alimentação escolar;

**Atribuição consultiva** – possui caráter de assessoramento e aconselhamento dos gestores municipais no que tange ao PNAE;



**Atribuição fiscalizadora** – competência que permite ao Conselho acompanhar aplicação dos recursos financeiros e o cumprimento de normas na execução do PNAE pela Entidade Executora do programa, em relação aos seguintes aspectos: “pelas ações de educação alimentar e nutricional; pela estrutura física das escolas; pelos recursos humanos da unidade de alimentação escolar”.

## **ORGANIZAÇÃO DO CAE DE PIRACICABA**

### **Missão**

Segundo as normativas Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução nº 26/2013 e o Regimento Interno do Conselho, o CAE tem como missão:

- Acompanhar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas pela Entidade Executora;
- Verificar a estrutura física das escolas;
- Acompanhar os recursos humanos da unidade de alimentação escolar;
- Receber e apurar denúncias quanto à execução do PNAE, sejam provenientes de pessoa jurídica ou pessoa física;
- Receber informações relativas ao programa a qualquer tempo e o Relatório Anual de Gestão do PNAE;
- Acompanhar o cumprimento das diretrizes estabelecidas para o PNAE, na forma do art. 2º da Lei Federal nº 11.947/2009;
- Acompanhar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
- Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
- Emitir parecer conclusivo a respeito do relatório anual de gestão do PNAE, aprovando ou reprovando a execução do Programa;
- Tomar conhecimento dos cardápios e fazer sugestões de alterações alimentares a partir das necessidades nutricionais dos alunos;
- Receber cópia do Termo de Compromisso de qualidade;
- Elaborar regimento interno e proceder sua alteração, sendo esta aprovada por no mínimo 2/3 dos membros titulares;
- Elaborar Plano de Ação;

- Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e demais órgãos de controle qualquer irregularidade na execução do programa.

### **Visão**

Ser um Conselho que, na condição de voz da sociedade junto ao Estado, atua no sentido de garantir o fornecimento de uma alimentação escolar balanceada, segura nutricionalmente e saborosa aos educandos, zelando sempre pela execução segundo os parâmetros sanitários, administrativos, econômicos e pedagógicos da política pública de alimentação escolar, tendo em vista a sua relevância social.

### **Valores**

- Cooperação entre a sociedade e o estado;
- Alimentação saudável e adequada;
- Educação Alimentar e Nutricional;
- Direito à alimentação escolar;
- Fortalecimento da agricultura familiar no município.

### **ORGANIZAÇÃO**

O CAE de Piracicaba, procurando tornar sua atuação mais eficiente, criou três frentes de ação distintas, cada frente coordenada por um grupo de Conselheiros. Ressalte-se que esta medida visa apenas melhorar a eficiência administrativa e não restringe a atuação dos Conselheiros, sendo que todos têm o direito e o dever de atuar em todas as frentes de trabalho. As ações ficam assim instituídas:

#### **1. Ação de acompanhamento de instituições escolares e gestão técnica do Programa:**

Baseado nas informações da Secretaria Municipal de Educação em relatório de execução do PNAE de 2017, o município de Piracicaba possui 220 escolas na rede pública de ensino, sendo que em 112 delas a merenda é oferecida no sistema direto, chamado de "autogestão" e em 108, pela empresa terceirizada Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda.

(Edital de Concorrência Pública nº 24/2014). O número total de alunos atendidos no município é em torno de 71 mil.

Após revisão das atas da gestão 2014-2018 e pendências apontadas no Ofício nº 13865/2018/Diaco/Comav/Cgpae/dirae-FNDE, o Conselho dará prioridade em 2018 às fiscalizações nas escolas que atendem crianças com necessidades alimentares especiais (NAEs), por entender que existem pendências relacionadas à execução do Programa e àquelas que apresentaram não-conformidades processo nº 23034.0543582017-17 do CGU/FNDE.

À medida que o Conselho prosseguir com as fiscalizações, os resultados das visitas serão encaminhados e os responsáveis oficiados para a correção das eventuais não-conformidades. O Colegiado acionará também o FNDE e demais órgãos de controle a despeito das irregularidades encontradas na execução do Programa e enviará relatórios semestrais da atuação do Conselho.

Em relação às fiscalizações programadas, este Plano de Ação considerou o total de escolas da rede pública de ensino do município de Piracicaba 220 e, no mínimo, uma visita por mês de cada Conselheiro a uma escola. Pretende-se assim fiscalizar a execução do Programa pela "autogestão", bem como o contrato da empresa terceirizada ao longo do ano. Como resultado, objetiva-se em 2019 realizar o acompanhamento programado de, no mínimo, 84 visitas externas, dentre os quais serão contempladas as 55 unidades educacionais que atendem estudantes com NAEs, conforme indicado anteriormente.

Ressalta-se que as apurações de denúncias e reclamações da comunidade serão atendidas de imediato, conforme disponibilização de meios de locomoção pela Secretaria de Educação Municipal.

As visitas de fiscalização realizadas nas unidades escolares deverão conferir:

- O total de alunos matriculados e o total de alunos que consomem alimentação escolar;
- O total de refeições servidas ao mês;
- O atendimento dos alunos com necessidades alimentares especiais;
- O cardápio planejado pela Entidade Executora e o executado pelo gestor escolar;
- Higiene e organização da cozinha e do depósito, bem como equipamentos e utensílios utilizados para a alimentação escolar;
- Condições estruturais das cozinhas e dos depósitos;
- Elaboração e entrega da Prestação de Contas feita pela autogestão e empresa terceirizada;
- Comprovação da realização dos serviços de limpeza da caixa d'água e da caixa de gordura, bem como dedetizações e desratizações e
- Demais assuntos pertinentes à alimentação escolar



## **2. Ação de acompanhamento de licitações e processos:**

- Especialização dos Conselheiros e da Secretaria Executiva;
- Acompanhamento dos processos de aquisição de alimentos por meio de Chamada Pública, Dispensa de Licitação, Pregões Eletrônicos e outros;
- Acompanhamento das pesquisas de preço realizadas pela Entidade Executora (“autogestão” e empresa terceirizada Nutriplus);
- Emissão de parecer técnico quanto aos termos de referência dos alimentos pretendidos a serem adquiridos para a alimentação escolar;
- Participação na fase de análise das amostras de produtos novos e
- Demais assuntos pertinentes aos processos da alimentação escolar.

## **3. Ações de acompanhamento das atividades de educação alimentar e outros:**

- Acompanhar a execução das atividades de educação alimentar e nutricional promovidas pela Entidade Executora;
- Acompanhar os projetos de lei que visam fortalecer a execução da oferta de alimentos advindos da Agricultura Familiar local no Programa de Alimentação Escolar do município;
- Participar de debates, audiências públicas, comissões e outros, que visam garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social, garantindo o controle social efetivo e a participação da sociedade no acompanhamento e na difusão da política pública.

## **4. Outras ações:**

- aumentar a visibilidade do CAE no município por meio da elaboração de material informativo, palestras, fórum de debates e demais eventos pertinentes,
- melhorar a comunicação com a sociedade por meio da criação de protocolos de atendimento e resposta a e-mails e solicitações recebidas,
- melhoria na velocidade de divulgação dos documentos públicos do CAE no site da Casa dos Conselhos de Piracicaba.



## **5. Atividades de formação do Conselho e dos Conselheiros**

- a formação dos Conselheiros para uma melhor realização do trabalho é fundamental. Para tanto, o CAE está realizando um levantamento dos cursos de formação disponíveis (presenciais e à distância) e se organizará em forma de rodízio para que todos os Conselheiros possam passar por algum tipo de formação ao longo do ano de 2019.

### **RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DO CONSELHO**

Serão realizados relatórios das atividades do CAE e apresentados ao Secretário de Educação Municipal, contendo informações sobre as visitas de fiscalização programadas, visitas para apuração de denúncias e demais inconformidades detectadas ao longo do período. Os relatórios serão enviados também ao FNDE e demais órgãos de controle.

### **REUNIÕES**

O Conselho se reunirá preferencialmente na primeira terça-feira de cada mês, totalizando 12 reuniões ordinárias no ano, além das extraordinárias que acontecerão de acordo com a necessidade. O horário previsto para as reuniões ordinárias será pela manhã, por volta das 9 horas, e para as reuniões extraordinárias, a noite por volta das 18 horas. A duração de cada reunião dependerá da pauta encaminhada via convocação, sendo em média 3 horas. As reuniões ordinárias terão como expediente: o acompanhamento da aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE, compreendendo a análise das movimentações bancárias da conta específica do Programa desde o recebimento dos recursos até a sua efetiva utilização; ações e retorno dos resultados das visitas de fiscalização nas escolas, acompanhamento do depósito de alimentos e empresa transportadora de alimentos, deliberações sobre as demandas de pareceres, denúncias e irregularidades observadas na execução do Programa.

O Conselho se organizará, também, em Grupos de Trabalho com um calendário próprio para estudar e propor possibilidades e sugestões de implementação dos seguintes

tópicos: alteração do regimento interno para aumento do número de conselheiros (compatível com o número de escolas e habitantes da cidade de Piracicaba/SP) e estratégias para aumentar e regionalizar ainda mais a aquisição de produtos de Agricultura Familiar ao longo dos próximos anos.

## **CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO**

Em atendimento ao disposto pelo artigo 36 da Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013, a Entidade Executora deve garantir ao CAE além da infraestrutura adequada necessária à plena execução das atividades de sua competência “o transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE”. Como Órgão fiscalizador dos recursos recebidos pelo FNDE, os conselheiros necessitam que a Entidade Executora disponibilize transporte para o deslocamento dos membros, inclusive de suas residências, uma vez que a inexistência de quórum nas reuniões pode prejudicar a deliberação do conselho. A necessidade da participação em capacitações e eventos relacionados ao bom entendimento das obrigações dos conselheiros, bem como o transporte para estes eventos, permitirá a compreensão do exercício enquanto membros do CAE.

Ao estabelecer que a EEx. deve garantir recursos adequados à plena execução das atividades de sua competência, compreende-se também: papéis, canetas diversas e impressora para bom funcionamento das reuniões ordinárias e extraordinárias; a disponibilização de jalecos, luvas, máscaras, toucas, crachás de identificação, pranchetas, canetas, carro oficial e motorista para a realização das visitas de acompanhamento e fiscalização da execução do Programa em quantidade compatível com as atividades previamente listadas neste Plano de Ação. Assim como alimentação dos conselheiros nas atividades que demandam pelo menos 3 horas de trabalho, tais como: reuniões ordinárias e extraordinárias, visitas às escolas, formações, mediante prévia solicitação pela presidência. Vale enfatizar que, no caso de capacitações o tempo da formação poderá ultrapassar 4 horas, principalmente quando se tratar de capacitações externas.

Ainda nos termos do artigo 36 da resolução supracitada, entende-se que “o exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será

remunerado". Espera-se da Entidade Executora a observância aos dispostos no parágrafo segundo do artigo 36 da resolução supracitada, a saber:

*"§2º Quando do exercício das atividades do CAE, previstos no art. 19 da Lei nº 11.947/2009 e art. 35 desta Resolução, recomenda-se a liberação dos servidores públicos para exercer as suas atividades no Conselho, de acordo com o Plano de Ação elaborado pelo CAE, sem prejuízo das suas funções profissionais."*

Ressalta-se que por não se tratar de Unidade com dotação orçamentária, o CAE não dispõe de recursos financeiros próprios. Desta forma, para o desempenho de suas atribuições necessitará do aporte de recursos por parte da Entidade Executora, a quem cabe adotar todos os procedimentos de praxe. Incluisse nas dispensas para as reuniões ordinárias e extraordinárias, atividades extras em grupos e individual sempre que necessário, para qualquer assuntos relacionados às funções do CAE, formações internas e externas.

## **CONTATOS**

O Conselho de Alimentação Escolar coloca-se à disposição de toda a comunidade nos canais de comunicação:

email: [cae.piracicaba@hotmail.com](mailto:cae.piracicaba@hotmail.com)

[alessandra.siqueira@etec.sp.gov.br](mailto:alessandra.siqueira@etec.sp.gov.br) (e-mail presidente do CAE)

telefone: (19) 3434-0461 (Casa dos Conselhos)